

Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento

Lucia Lippi Oliveira

Se a virada do século XX pode ser caracterizada pela consciência da globalização e da velocidade do tempo, a virada do século XIX foi marcada pelo processo de criação ou reestruturação dos Estados nacionais. Esse processo envolveu rupturas com os laços locais que até então predominavam. Era preciso transformar os indivíduos, que regulavam suas vidas por valores ligados à família, à vizinhança e à religião – os chamados valores tradicionais –, em cidadãos. Foram utilizados todos os meios simbólicos à disposição visando a produzir a integração de populações, em sua maioria não-alfabetizadas, em um todo chamado nação. As estradas de ferro, as comunicações via telefone, via ondas de rádio, tinham alargado o horizonte dos indivíduos e forneciam a dimensão espacial da integração nacional. Hinos, bandeiras, festas, feriados, cartilhas, foram produzidos

Nota: Versão preliminar deste texto foi apresentada na XVIII Semana de História em Assis, SP, em 30 de maio de 2000.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000, p. 183-202.

como rituais que reafirmavam a identidade. Escola, jornais, partidos políticos, igrejas, sindicatos, rádio e televisão também fazem parte dessa longa história da construção de modernas identidades nacionais nos séculos XIX e XX.

No final do século XX, início do XXI, estamos passando por novos processos marcados por uma cultura de abrangência transnacional, ou seja, uma cultura cujos padrões atravessam as fronteiras dos Estados nacionais. Os sinais mais evidentes dessa cultura estão no nosso cotidiano, embora ela não alcance o mundo todo da mesma maneira e ao mesmo tempo: há distâncias que parecem crescer, não só entre países, mas também no interior das sociedades. Mas há uma inegável descentralização da produção de bens – inclusive os culturais – e de seus mercados. A produção e o consumo são transnacionais e desterritorializados. A análise da publicidade, da indústria fonográfica, do cinema, permite conhecer as interligações da cultura mundializada.

O século XX foi marcado pelas idéias de progresso e de modernidade. A modernidade lida como a noção de um tempo progressivo, linear, capaz de ser cronometrado, e que valoriza o presente e a expectativa do futuro. Entretanto, a modernidade também se ocupa do passado ao marcar eventos fundadores que devem ser conhecidos e reconhecidos pelos habitantes do território e que fazem parte da memória nacional. Paralelamente ao tempo progressivo, há uma outra memória mais sentimental, mais afetiva, que está ligada à noção de ciclo, de retorno. Essa noção, mais próxima da percepção do senso comum, parece confirmada pela alternância entre dia e noite, chuva e seca, frio e calor nas estações do ano, morte e vida. Esse tempo cíclico, afetivo, também tem suas festas e comemorações. Os anos de cada um, os aniversários de casamento, a festa da primavera, o ano novo, permitem uma reconstrução simbólica do recomeço: fazem-se planos e promessas que, agora, serão cumpridas.

As redefinições de espaço e de tempo em curso não baniram de nossas sociedades as idéias de nação ou de memória nacional, assim como não eliminaram valores simbólicos relacionados aos mitos de origem e às construções de identidade. Mito, memória e identidade são vitais à vida social e são também áreas de poder e de confronto – já foi dito que, na verdade, todos os conflitos no mundo são conflitos simbólicos!

Na construção da nação moderna, em que se procurou integrar territorial, regional e socialmente “partes” diferentes, em que se buscou obter a “comunidade de sentimentos” de que fala Benedict Anderson, recorreu-se a antigas tradições, reais ou inventadas, lançando-se mão tanto de fatos históricos quanto de episódios acontecidos em tempos imemoriais. Tudo isso para estabelecer, para definir, o que e quem fazia ou não parte de um todo chamado nação. Construir identidades nacionais envolveu sobrepujar outras identidades, ligadas ao lugar

de nascimento, a etnias ou a religiões, mas significou também marcar a diferença diante de outras nações.

Sabemos que a memória nacional não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores. O mesmo pode ser dito da memória coletiva, na qual um grupo se assume como portador da tradição. A memória nacional, que envolve toda a sociedade, se constitui como um discurso de segunda ordem construído sobre valores da memória coletiva de diferentes grupos, e principalmente das classes populares. Os mitos, como observa Ruben Oliven (1998), não desaparecem nas sociedades históricas, e seu princípio ou lógica, o de “transformar a história em natureza e a contingência em eternidade”, permanece atuante. Eles abolem a complexidade dos atos humanos ao lhes conferir a simplicidade das essências. Por outro lado, é preciso lembrar, como faz Jessé Souza, que os “mitos não são falsos ou verdadeiros, do mesmo modo que teorias científicas. Mitos não pretendem *descrever* realidades. Na medida em que o mito serve, primariamente, para conferir um *sentido* a essa realidade, ele visa, antes de mais nada, à produção de solidariedade social e à viabilização de projetos coletivos” (Souza, 1997: 31).

As comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil nos dão a oportunidade de acompanhar esse trabalho permanente de construção da memória nacional, tornado visível através da organização de comissões, da alocação de recursos financeiros públicos e privados, da abertura de espaço na imprensa e na televisão, nos cadernos especiais de jornais e nos encartes de revistas, da circulação de *kits* patrocinados por empresas, assim como da publicação de livros considerados relevantes para o entendimento dos 500 anos de Brasil. Permitem-nos também observar os mitos que são acionados para conferir uma essencialidade à nação brasileira. Comemorações, “efemérides”, datas alusivas a episódios considerados notáveis da história permitem refundar, reatualizar identidades, sejam elas nacionais ou locais, oficiais ou privadas, públicas ou pessoais.

O fim do século XIX foi marcado por inúmeras comemorações. Os Centenários das revoluções Americana e Francesa, os IV Centenários das viagens de Colombo e de Vasco da Gama, deram oportunidade aos povos do Ocidente de celebrar esses feitos do passado segundo as questões daquele presente. As exposições internacionais que acompanharam essas comemorações permitiram que cada povo, ao olhar para trás, afirmasse sua modernidade e seu papel em uma escalada evolutiva do ser humano, da barbárie à civilização.

As comemorações de datas nacionais seguem, *grosso modo*, uma mesma trajetória: organização de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de eventos cívicos, cortejos fluviais e marítimos,

montagem de exposições, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos. São esses os atos mais freqüentes que marcam as comemorações.

Comemorar tem a ver com o passado ou, principalmente, tem a ver com o futuro? Retorna-se ao passado para não deixá-lo no esquecimento ou para se assegurar o que está por vir? Refletir sobre o celebrado produz como resultado a superação ou a incorporação da herança?¹

O consagrado historiador Evaldo Cabral de Mello, em entrevista publicada na coluna de Elio Gaspari em *O Globo*, em 16 de abril de 2000, faz a seguinte observação:

Toda vez que se organiza uma comemoração do passado, o que se está comemorando é uma visão do presente. Desde o começo, essa festa teve uma raiz popularesca, superficial, destinada a carnavalizar o Brasil.(...) Em 1922, no Centenário da Independência, a República Velha comemorou a existência deste país. Em 1972, no Sesquicentenário, comemorou-se o abraço da ditadura brasileira com a ditadura salazarista de Portugal. Agora, os portugueses estão comemorando a própria prosperidade. Desde o século XVI, Portugal nunca esteve tão bem. Eles festejam os descobrimentos com iniciativas de alto nível. Vão publicar dois códices do início do século XVII, que estão no arquivo histórico do Itamaraty, inéditos. É uma pena que o Brasil, com sua cultura precária, só consiga se expressar por meio de efemérides. São os 500 anos do Descobrimento, o centenário de fulano ou o cinqüentenário de beltrano.

As declarações, quase sempre polêmicas, do historiador expressam muito bem uma das vertentes dominantes da cultura nacional, que considera essa mesma cultura sempre precária, porque diferente da europeia, como diriam os modernistas de 1922. Referem-se também, criticamente, ao fato de o ano 2000 estar possibilitando as comemorações dos centenários de nascimento de Gilberto Freyre, Mário Pedrosa, Clemente Mariani, Anísio Teixeira e Gustavo Capanema, o que vem proporcionando a organização de inúmeros seminários, congressos e conferências. Talvez esses seminários permitam uma releitura, não de todo inútil, da galeria de figuras nacionais.

Mas vamos tentar acompanhar o que está sendo dito ao se comemorar os 500 anos do Descobrimento do Brasil – ou da anexação forçada de Pindorama a Portugal, como menciona Luís Fernando Veríssimo –, fazendo uma comparação com o que se disse em 1900.

As festas do IV Centenário do Descobrimento não fugiram à regra das comemorações.² Constituiu-se uma comissão de nomes ilustres que tentou levar adiante seus preparativos. O Brasil de 1900 estava às voltas com crises, econômica e política, bem como com um profundo desalento frente à experiência republicana após uma década de lutas e conflitos. Assim, as comemorações não poderiam deixar de discutir a viabilidade do Brasil como nação moderna.

Os trabalhos preparatórios acenavam para a importância e mesmo para a necessidade de se comemorar o aniversário da nacionalidade. Uma figura preeminente na organização dos festejos e na associação encarregada dos eventos foi Benjamin Franklin Ramiz Galvão, médico e professor, diretor da Biblioteca Nacional de 1870 a 1882.³ Outra figura notável foi o escritor Coelho Neto. Jornalistas, advogados, políticos, engenheiros, médicos ilustres, enfim, parte da elite letrada da capital federal se uniu no sentido de exigir uma comemoração adequada. Entre as instituições envolvidas pode-se citar como a mais importante a Associação do IV Centenário, criada especialmente para a programação dos festejos, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Originalmente os preparativos previam a realização de uma exposição retrospectiva sobre a vida dos indígenas e outra sobre a história do Brasil, além de diversos eventos a serem financiados com a instituição de uma “taxa comemorativa”. Entretanto, a situação financeira do país e os conflitos políticos da época não permitiram tais iniciativas, e os festejos acabaram tendo suas dimensões reduzidas.

Os organizadores, entre eles Ramiz Galvão, atribuíram as dificuldades nos preparativos da festa à ordem política e também à índole do povo que, amolecido pelo calor tropical, costumava deixar tudo para a última hora (Wanderley, 1998: 76). Os argumentos acionados para a realização dos festejos baseavam-se em um discurso patriótico do qual faziam parte as noções de luta, sacrifício, abnegação, coragem, heroísmo e honra. Todas elas serviam como justificativa das comemorações, e entre as vantagens do projeto destacavam-se seus benefícios morais (dignificar a pátria perante o mundo civilizado), educacionais (possibilitar a educação cívica) e materiais (favorecer o crescimento do movimento comercial) (idem, p. 78).

É preciso lembrar que, com a Proclamação da República, a cultura portuguesa e sua criatura, o Império dos Braganças, passaram a ser atacados como representantes de um passado a ser exorcizado. Os conflitos entre monarquistas e republicanos na última década de século XIX e início do XX aumentaram as tensões entre portugueses e brasileiros. A forte presença lusa na propriedade de lojas comerciais e de imóveis de aluguel propiciou um intenso sentimento popular antilusitano no Rio de Janeiro. A imagem do português colonizador e explorador agora se acoplava, aos olhos da população, à do estrangeiro, monarquista e conspirador contra a República. O momento político da Revolta da

Armada, em setembro de 1893, produziu mesmo o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. Isso gerou uma onda de indignação popular contra a antiga metrópole, considerada inimiga da causa nacional republicana e, por extensão, do povo brasileiro. Era essa a bagagem que tinha que ser superada nos festejos dos 400 anos do Descobrimento!

O IV Centenário ficou dividido entre a versão européia e portuguesa e a versão americana e brasileira, mas o que acabou sendo predominante foi mesmo a valorização da herança portuguesa, branca e européia, que ligava o passado brasileiro à herança ocidental desde sua fundação. As comemorações em São Paulo foram precedidas pelo surgimento de duas instituições, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894) e o Museu Paulista (1895), criadas por figuras que se julgavam descendentes dos primeiros colonizadores da região. A valorização da presença indígena na história brasileira teria como matriz uma produção historiográfica que procurou as origens do bandeirante na conjugação entre o branco e o índio e na figura do mameluco. Um exemplo dessa historiografia são os trabalhos de Couto de Magalhães.

Como nos diz Maria Helena Machado (2000), o objetivo de Couto de Magalhães em sua obra mais famosa, *O selvagem*, escrita a pedido do próprio Imperador para figurar na Exposição de Filadélfia em 1876, era o de compor plenamente o mito do tupi como raça brasileira, dotada de qualidades superiores e base positiva para a mestiçagem, por sua vez responsável pela viabilização do homem americano. Através de uma releitura modernizada da ação jesuítica, reafirmava Magalhães a importância da adaptação do civilizado ao mundo indígena. “Contestando as teses mais pessimistas a respeito das raças americanas e das possibilidades de progresso das regiões não europeizadas, como a do sertão interior do Brasil, Couto de Magalhães desenha um futuro quadro promissor, no qual caboclos fortes, inteligentes e adaptados, suportariam a carga mais pesada da implantação do progresso nas regiões recuadas e selvagens do país, oferecendo sua contribuição à constituição da nacionalidade” (Machado, 2000: 70). Ainda que esse mito tenha alcançado boa receptividade no espaço da elite paulista e no contexto das primeiras décadas do século XX, não foi ele que predominou no imaginário histórico da comemoração do IV Centenário na capital federal.

A Associação do IV Centenário empenhou-se na realização de campanha nacional tentando sensibilizar os brasileiros para a importância da celebração, mas não obteve a adesão esperada. Só algumas instituições públicas, como a Presidência da República, alguns ministros e algumas unidades da federação e municípios se sensibilizaram diante do evento. Apesar da intensa ajuda da imprensa, os preparativos da festa foram um fracasso.

Uma primeira cisão pode ser vista na própria definição da data da festa. Para a Associação, seria 3 de maio, e para o IHGB, 22 de abril. Essa divergência

derivada da correção imposta pela Reforma Gregoriana do calendário em 1582 foi objeto de discussões e debates. Mas acabou prevalecendo a data histórica de 22 de abril, que, em 1900, caiu no Domingo de Páscoa, o que certamente ajudou a confirmar ser esta a Terra de Santa Cruz.

As celebrações voltaram-se para dois públicos distintos. De um lado, o público letrado foi agraciado com os atos organizados e realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De outro, o público popular, alvo central da Associação do IV Centenário, foi estimulado a participar dos festejos através de uma série de atos que visavam a estimular sua adesão à pátria. Fez-se uso de imagens que procuravam criar um envolvimento emocional, e o desabrochar de sentimentos comunitários foi estimulado através de esculturas, pinturas, monumentos, hinos, selos e cortejos públicos preparados especialmente para a festa.

Uma importante fonte documental para essa festa é o *Livro do centenário*, com seus 4 volumes, lançados pela Imprensa Nacional entre 1900 e 1910. Nele está reunida, além da memória das comemorações, uma série de textos de figuras ilustres e especialistas escritos por encomenda da Associação. O Descobrimento do Brasil, o povoamento do solo e a organização administrativa e política ficou a cargo de Capistrano de Abreu. Religião, ordens religiosas e instituições pias e beneficentes ficou com o padre Júlio Maria. Religiões “acatólicas” foi escrito por José Carlos Rodrigues. Literatura, por Silvio Romero. Instituições e imprensa, por José Veríssimo. Belas artes, por Coelho Neto. Ciências jurídicas e sociais, por Júlio de Barros Raja Gabaglia. Ciências médico-farmacêuticas, por José Eduardo Teixeira de Souza e Agostinho José de Souza Lima. Engenharia, por Antonio de Paula Freitas e Paulo de Frontin. Mineração, por Joaquim Candido da Costa Senna e Antonio Olynto de Santos Pires. Lavoura, por José Cardoso Moura Brasil. Organização militar, pelo general Bibiano Fontoura Costallat e o almirante Artur de Jaceguai. Relações Exteriores, por Clovis Bevilacqua e o coronel Taumaturgo de Azevedo. Como observa Marcelo da Rocha Wanderley (1998: 225), o *Livro do centenário*, ao fazer uma reflexão enciclopédica, pretendeu não só divulgar a história do Brasil mas projetar para as nações do mundo a imagem de um país amadurecido.⁴

Além do *Livro do centenário*, outros livros foram marcantes do espírito de celebração. Podemos citar o de Afonso Celso, *Por que me ufano do meu país*, e o de Olavo Bilac e Coelho Neto, *Contos pátrios*, como exemplos significativos de textos que procuraram lutar contra a descrença que tomava conta das mentes dos brasileiros. Neles procurava-se associar as benesses da providência, ao criar uma natureza como a brasileira, ao convívio harmonioso das raças, o que tornaria possível a construção de um grande país no futuro. Tentava-se desnaturalizar as raízes do atraso e garantir ser possível corrigir os equívocos e problemas do país

desde que fosse desenvolvido o patriotismo e a consciência nacional. Cabia aos homens dar continuidade à obra da providência, torná-la fonte de prosperidade.

As qualidades do brasileiro mencionadas pelos escritores, jornalistas, intelectuais, publicistas do IV Centenário se assemelham àquelas presentes nos livros acima mencionados. O brasileiro é basicamente afetuoso, cordial, hospitaleiro, caridoso, ordeiro, ou seja, possuía as qualidades necessárias para reverter o sentimento de inferioridade e o espírito de descrença vigente na época. É preciso lembrar que esse caráter do homem brasileiro se contrapunha às explicações raciais então em voga. Para estas o Brasil era uma sociedade doente, já que tinha um grande contingente de “raças” inferiores e miscigenadas, o que era visto como empecilho à constituição de uma civilização brasileira. O Brasil era uma nação incapaz de gerenciar sua riqueza e seu destino, e cujo povo era condenado pela raça e pelo clima.

Os festejos do IV Centenário deram espaço para que se desenvolvesse um imaginário sobre o Brasil e os brasileiros que afirmava a capacidade plástica, de se adaptar, do homem brasileiro. Afirmava-se seu caráter cordial, que levava ao predomínio das relações pessoais, e o valor da democracia racial, resultante da miscigenação. Todos esses ingredientes do “caráter nacional” garantiriam a formação de uma grande nação. Esse mito da democracia racial – chamada por Roberto DaMatta de “fábula das três raças” – apresentava-se como capaz de solucionar o impasse da constituição do povo brasileiro.

Portugal, ao valorizar a herança comum com o Brasil, como que celebrava seu passado histórico do tempo dos descobrimentos, a memória dos heróis navegadores. O Brasil, ao comemorar o passado, celebrava o futuro, a possibilidade de construção de uma sociedade moderna. O lado moderno se fez presente nas memórias sobre engenharia e medicina apresentadas em congressos simultâneos aos festejos, e que mostravam o esforço concreto do Brasil para ingressar na modernidade pelas reformas urbanas, pela construção de estradas e pela luta contra as doenças tropicais. A reforma urbana desenvolvida pelo prefeito Pereira Passos pretendeu modernizar, limpar, iluminar as ruas do Rio de Janeiro e sanear a vida urbana afastando os indesejáveis, as “classes perigosas” do centro da cidade. Essa também era considerada uma herança do império português dos Braganças. As reformas urbanas e o saneamento constituíam como que uma “metáfora da reforma social” desejada e serviam para marcar uma ruptura com o passado. Com essas medidas procurava-se apagar a “imagem vexatória pela qual a cidade era denegrada como atrasada e insalubre aos olhos das nações ditas civilizadas” (Kropf, 1996: 150). Os engenheiros e os médicos foram figuras fundamentais nesse processo, tanto do ponto de vista de pensar e realizar medidas práticas em seus respectivos campos de atuação, quanto no papel de intelectuais a apresentar o significado da idéia de progresso. Essa idéia ganhava sentido na

imagem da “estrada de ferro”, símbolo da marcha evolutiva linear, constante, em direção a uma meta definida. O saber prático do engenheiro se contrapunha ao saber diletante do bacharel. O Congresso de Engenharia e Indústria promovido pelo Clube de Engenharia em janeiro de 1901 se integrava aos festejos do IV Centenário.

Nas comemorações, foi possível fazer uso de um imaginário sobre o Descobrimento do Brasil já inventado durante o século XIX. O romantismo e seu projeto de construção nacional através das obras dos historiadores, em sua maioria ligados ao IHGB, e as atividades dos artistas criando imagens e crenças, constituíam heranças prontas para serem acionadas naquele momento. O quadro famoso de Victor Meirelles retratando a Primeira Missa no Brasil fizera esse episódio tomar corpo e se instalar no imaginário da cultura brasileira. A Carta de Pero Vaz de Caminha, inspiradora da tela e considerada a certidão de nascimento do país, fora publicada pela primeira vez somente em 1817, na *Corografia brasileira* de Aires de Casal. Sua publicação correspondeu à solicitação de historiadores e literatos que estavam envolvidos na construção do passado, e só então esse documento passou a integrar a história do Brasil (Coli, 1998). Araújo Porto Alegre, mentor do jovem pintor Victor Meirelles, foi quem insistiu para que ele lesse a Carta de Pero Vaz e se inspirasse nas coisas do país. Assim, em sua viagem de estudos à Europa, Meirelles produziu a obra que, apresentada na capital francesa em 1861, tornou-se a verdade visual do episódio. A Primeira Missa passou a ser o que estava ali e permitiu que o espectador assistisse à cerimônia. Como nos diz Jorge Coli, a força desse ícone é tão forte que, quando Humberto Mauro produziu o filme *A descoberta do Brasil* em 1937, reconstituiu diante da câmara a cena idealizada por Victor Meirelles. Somente em 1885, outro pintor, Pedro Américo, conseguiria realizar a obra *O grito do Ipiranga*, que se tornaria também um ícone fundador da história do Brasil.

Se, em 1900, a reforma urbana e o saneamento eram questões centrais da vida nacional, em 2000 a questão básica da sociedade brasileira passa pela cidadania e pelas reformas do Judiciário, caixa preta pouco enfrentada pelos reformadores ao longo do século XX. Os cem anos desse século questionaram a idéia de progresso como era colocada em 1900, ainda que ela não tenha sido abandonada. Continua-se almejando a civilização, continua-se a considerar o popular popularesco, assim como se continua a dar muita importância ao que vão dizer sobre nós lá fora, seja na imprensa, seja nos relatórios dos técnicos do FMI.

Que grupos, pessoas e instituições estiveram envolvidos nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento? Dentro das comemorações oficiais do V Centenário foi prevista a realização de quatro seminários patrocinados pelo Ministério da Cultura e realizados pela Funarte. O primeiro deles, sob o título *500 anos, experiência e destino*, teve uma apresentação assinada por Márcio Souza onde estão demarcadas as coordenadas do que seria a singularidade do Brasil: “Seu povo se dedicou a construir uma sociedade original, mais intuitiva que teórica, solidária embora individualista, hedonista mas nostálgica de espiritualidade.” Juntando passado, presente e futuro, Márcio Souza diz: “O Brasil, herdeiro de Roma e filho da ciência da navegação, caldeirão avassalador capaz de assimilar as comunidades humanas mais fechadas [...], apresenta-se neste final de milênio como um dos modelos de civilização no concerto das nações. País de um povo capaz de dar saltos qualitativos e queimar etapas como poucos, mas ao mesmo tempo terra de barbárie e violência, talvez encerre em sua formação as contradições necessárias para forjar a liderança cultural do próximo milênio”.⁵ Esse seminário deu origem ao livro *A descoberta do homem e do mundo*, cujos artigos, como diz Marcus Vinicius de Freitas em sua resenha (1999: 195), enfocam como “os descobrimentos e o nascimento da modernidade são facetas de um mesmo tempo de passagem, quando o homem europeu descobre-se – ao desvelar a América –, e inventa-se civilizado – ao construir o discurso sobre a diferença, concretizada no selvagem”. Segundo o organizador do evento e do livro, Aduino Novaes, até o ano 2000 três outros seminários completariam a série, o que não aconteceu.

Encarregada oficial dos festejos, a Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil (CNVC), criada por Decreto de 12 de maio de 1993, foi transferida para o Ministério de Relações Exteriores em 1996; em junho de 1997 teve definida sua composição e, posteriormente, seu regulamento. Como representante do MRE, o embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira assumiu sua presidência em 20 de maio de 1997. Sua composição era, basicamente, um representante de cada um dos ministérios, dois representantes do Senado Federal, dois representantes da Câmara dos Deputados e um representante do Poder Judiciário. Entre seus objetivos constava o incentivo à criação de comissões similares estaduais e municipais visando a motivar a sociedade local e estabelecer uma programação oficial. O projeto emblemático da comemoração seria desenvolvido em Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, na Bahia: envolvia a criação de um parque histórico, com a construção de um monumento e de instalações para os índios lá residentes e para o comércio de artesanato, e a preparação de uma infra-estrutura para receber visitantes.

Um dos objetivos da CNVC era certamente integrar as diferentes iniciativas de órgãos de governo – ministérios, Funai, Iphan, Ibama, fundações

públicas, prefeituras, governos estaduais –, assim como projetos de universidades federais, estaduais e particulares. A agenda de projetos apresentados e aprovados na Comissão espelha essa abertura do leque de eventos que poderiam estar correlacionados às comemorações. A pluralidade de iniciativas levava a supor a necessidade de uma coordenação geral que seria traduzida na montagem de uma Relação Geral de Eventos. Diversos comitês, de apoio, assessor, empresarial, foram criados e compunham essa carta de intenções das comemorações do V Centenário. Cabia também à Comissão manter um nível alto de informação sobre as iniciativas de jornais e revistas, como a *Isto É*, da Rede de Globo de Televisão, de fundações privadas e similares.⁶

Para a comemoração oficial, ou seja, aquela patrocinada pelo governo federal, a CNVC logo se viu às voltas com a falta de recursos, e foi veiculada a possibilidade de se separar uma ou duas extrações da loteria para conseguir meios de patrocinar os projetos, o que acabou não acontecendo.

A CNVC desenvolveu sua avaliação dos projetos julgando aqueles que poderiam receber a aprovação e usar a logomarca (ofertada pela artista plástica Mary Vieira) do V Centenário, sem que isso envolvesse o financiamento direto para sua execução. Os projetos selecionados poderiam, sim, obter a aprovação do Ministério da Cultura para fazer uso de recursos de empresas privadas provenientes da política de incentivo fiscal.

Entre os projetos aprovados e que foram realizados estava o da Mostra do Redescobrimento *Brasil + 500*, apresentado pela Fundação Bienal de São Paulo. Essa megaexposição, que teve como curador-geral Nelson Aguilar, foi planejada com módulos itinerantes pelo Brasil e também por outros países (Inglaterra, França, Estados Unidos e Portugal). Vale notar o sucesso de público, estimado em 1,8 milhão de visitantes na primeira etapa da mostra em São Paulo, de 23 de abril a 7 de setembro de 2000!

Entre as atividades programadas e realizadas por órgãos do próprio governo podem-se citar o seminário já mencionado, realizado pela Funarte em 1997, o relançamento do filme, remasterizado pela Funarte, *O Descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro, e o lançamento da revista *Rumos – os caminhos do Brasil em debate*, da CNVC, tendo o nº 1 o subtítulo *Conflitos de identidade nacional*, o nº 2, *Quem és tu, federação?*, e o nº 3, *Brasil/Portugal: o legado ambivalente*. Além de artigos assinados por intelectuais e especialistas, a revista encarregou-se de difundir os projetos em andamento, noticiar o que estava acontecendo (impressão de selos, publicações etc.). Após o terceiro número, a revista teve sua publicação paralisada.

Também teve andamento o congresso *Brasil/Portugal Ano 2000*, derivado de uma Comissão Bilateral. Seus módulos se distribuíam em: Geografia, a se realizar em Lisboa; Direito, em Coimbra; Língua, Literatura e Artes, no Porto;

Relações Internacionais e Ciência Política, em Braga; Economia, em Brasília; Sociologia e Antropologia, em Recife; Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e História, em Salvador. Para além de quaisquer dificuldades orçamentárias, esse congresso teve continuidade possivelmente por envolver representantes dos governos brasileiro e português. O vice-presidente da República, senador Marco Maciel, esteve acompanhando de perto os trabalhos da CNVC e integrou a Comissão Bilateral Brasil/Portugal, responsável pelo evento, como representante do Brasil, enquanto Portugal foi representado pelo ex-presidente Mário Soares.

Vale notar também a realização do importante projeto *Resgate de Documentação Histórica*, que, com apoio da Fundação Vitae, do Ministério da Cultura, do CNPq, da Fapesp e de outras instituições regionais, vem desde 1994 identificando, organizando, microfilmado e digitalizando cerca de 250 mil documentos referentes ao Brasil armazenados no Arquivo Ultramarino de Lisboa.

Durante a preparação dos festejos, em abril de 1999, a coordenação das comemorações oficiais foi deslocada do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério do Esporte e Turismo, e a CNVC foi substituída por um Comitê Executivo, composto pelo ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, o ministro da Cultura, Francisco Weffort, o secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, Luís Felipe Seixas Correa, e Andrea Matarazzo, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Parte dos 65 projetos aprovados pela Comissão ainda foi mantida, com algum enxugamento. O plano de obras do Museu Aberto do Descobrimento, por exemplo, continuou sendo a “menina dos olhos” das comemorações oficiais.

Como ler essa mudança? Os jornais disseram que, para além de qualquer possível conflito entre burocracias, havia o desejo de se fazer uma comemoração menos acadêmica, mais popular. Pode-se também observar que as comemorações mais acadêmicas e oficiais tiveram lugar fora do Brasil. As embaixadas brasileiras, entre elas a de Washington e a de Londres, mobilizaram-se no sentido de organizar eventos que dessem destaque às comemorações do V Centenário e falassem dos méritos do Brasil de hoje. No programa de um evento em Washington estavam presentes o ministro da Saúde, José Serra, o de Assuntos Fundiários, Raul Jungmann, além de brasileiros pertencentes aos quadros do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como Claudio Moura Castro, entre outros.

Se, em 1900, os jornais foram fundamentais no esforço de celebração, agora foi a televisão o motor mais importante dos festejos. Como a cultura tem

hoje alta densidade política e profundos vínculos com o mercado, pôde-se observar de perto o debate em torno das comemorações do V Centenário do Descobrimento.

Vejamos um projeto que era ou pretendia ser popular. Acompanhando os tempos atuais, ele ganhou seu *site* na Internet. Trata-se do projeto *Brasil 500* da Rede Globo. A primeira página do *site* trazia os títulos *O país de mãos dadas; Brasil por natureza; A festa e A ação educacional*.⁸ A mensagem era que a Rede Globo, junto com a sociedade, iria comemorar os 500 anos de Descobrimento baseada na idéia do orgulho de ser brasileiro. A comemoração se daria “em eventos que ressaltam e homenageiam toda a riqueza da nossa cultura, dos nossos talentos, valores e origens”. Nessa primeira página constava também, destacada à direita, a seguinte frase: “A um passo do próximo milênio, o Brasil completa 500 anos de olho no futuro, mobilizado pelo desejo coletivo de construir um país cada vez melhor”. Com o apoio do governo da Bahia (*Bahia. O Brasil nasceu aqui*), da Parmalat, do Itaú, da Telemar e da Petrobras, o *site* continha as seguintes partes ou capítulos: *Celebração, Todos pela educação, História do Brasil, Relógio*.

Na parte *Celebração* constava o que já acontecera e o que ia acontecer. Observando o que já acontecera, podia-se ver: em abril de 1998, o show de lançamento do *Brasil 500* em São Paulo; em julho de 1998, o show *Coração Brasileiro* em Paris, durante a Copa do Mundo; de abril de 1998 a setembro de 1999, as festas de inauguração dos 28 relógios de contagem regressiva em pontos centrais das principais cidades brasileiras, “formando uma corrente nacional de comemoração dos 500 anos”; em outubro de 1998 e 1999 os shows *Criança Esperança* em São Paulo, e em dezembro/janeiro os *réveillons* no Rio de Janeiro; em fevereiro de 1999, os 450 anos de Salvador; em maio de 1999, o show *Mama África* em Salvador (sabe-se que dois outros shows sobre a herança indígena e portuguesa acabaram não acontecendo); em fevereiro de 2000, o programa *Brasil por natureza* e, na semana do Descobrimento, o seriado *A invenção do Brasil*, sob a direção de Guel Arraes. O megashow com diversos artistas da música popular na Esplanada dos Ministérios em Brasília e a missa no dia 26 de abril em Porto Seguro como que encerravam a celebração. Todos esses eventos que colocavam o orgulho de ser brasileiro sob a forma de grandes espetáculos seriam transmitidos ao vivo, via satélite, para todo o Brasil.

A parte *Todos pela educação* como que centrava seu olhar no futuro, já que essa área foi eleita como o tema principal do projeto. Aqui se incluía o projeto *Amigos da escola*, entre outros.

Na parte que nos interessa mais diretamente, referente à *História do Brasil*, podemos ver como era construída a relação entre futuro e passado. Para construir nosso futuro, precisamos conhecer nossa história através do resgate de fatos marcantes da origem, história e formação do país. Aqui eram apresentadas

duas páginas: *Momento 500 anos*, exibido aos sábados antes do Jornal Nacional, e *Passeio pela História*, que trazia artigos como o “A viagem do Descobrimento”, de Eduardo Bueno, e “A viagem de Pedro Álvares Cabral”, de Max Justo Guedes, entre outros.

Vale notar o papel da Rede Globo nas comemorações dos 500 anos, independentemente da burocracia coordenadora dos festejos oficiais. Ao espalhar seus relógios de contagem regressiva por várias cidades do país, ao criar vinhetas e conscientizar sua audiência de que os telespectadores fazem parte de um todo chamado Brasil, a Rede Globo exerceu o papel de uma das principais agências construtoras de uma identidade nacional. Os relógios de contagem regressiva instalados em 28 cidades – criação de Hans Donner – refizeram a perspectiva do mapa-múndi ao colocar o Brasil como ponto central e deram margem a debates sobre interferência indevida na paisagem urbanística, além de serem acusados de mau gosto por muitos *designers*.

Como já observou Marcelo da Rocha Wanderley (1998: 263), “o programa comemorativo da Rede Globo de Televisão constitui o mais rico exemplo da recorrência de um número considerável de ícones do IV Centenário”, agora transmitidos sob novo formato e com uma dimensão impensável cem anos atrás. Em 1900 o Brasil tinha 16 milhões de habitantes; no V Centenário somos algo como 160 milhões. “Os efeitos visuais do monumento cívico, dos Balões Venezianos e das luzes na Praça da Glória, que tanto causaram impacto no público em 1900, apagam-se diante da sedução da imagem via satélite, convertida por efeitos especiais mais sedutores. O consenso, a unidade nacional, não dependem mais do apelo dos intelectuais patriotas, mas substancialmente dos índices de audiência”(idem, p. 264). Mas os ícones são basicamente os mesmos: o apelo ao envolvimento emocional dos brasileiros, “todos de mãos dadas”, a união nacional, a terra bonita por natureza, a miscigenação das três raças e das novas etnias chegadas com as imigrações, o chamamento a um novo descobrimento com os olhos voltados para o futuro. O conde Afonso Celso deve estar dando cambalhotas de felicidade em seu túmulo!

Assim, se as instituições estão sofrendo ataques por todos os lados, se o caráter do homem brasileiro vem sendo questionado pelas denúncias cotidianas de corrupção, se o “bom para otário” nos agride diariamente, há um imaginário sobre o Brasil que tem estabilidade há pelo menos cem anos, e que se faz presente nas manifestações culturais. O Carnaval de 2000 na Bahia e o desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro podem ser tomados como exemplos desse sentido de permanência do imaginário brasileiro.

No Carnaval da Bahia, em março de 2000, Armandinho, filho de Dodô, declara que assim como Dodô e Osmar inventaram o trio elétrico há 50 anos, Antônio Carlos Magalhães reinventou a Bahia. A refundação da Bahia se com-

pleta com as propagandas na televisão que dizem que o Brasil nasceu na Bahia e que todos os brasileiros são também baianos.⁹ As comemorações dos 500 anos de Descobrimento vieram favorecer essa reinvenção.

“O carnaval 2000 das escolas de samba cariocas é mais do que simplesmente ufanista: é um carnaval que elabora imagens recorrentes de Brasil gravadas na memória popular.[...] Da idéia de parabenizar o país a partir do canto de fatos e episódios da história nacional, destaca-se fortemente, num salto sobre um imenso mar de informações, a mais insidiosa, integradora e aparentemente reconfortante imagem de nós mesmos: a união do índio, do negro e do branco”, nos diz Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti no artigo “Carnaval 2000 e o mito das três raças”, publicado em *O Globo* (24/2/2000). Arnaldo Jabor, também em sua coluna em *O Globo* (14/3/2000), menciona que “aprendemos muito com as escolas de samba. Eram os 500 anos de Brasil contados pelo desejo popular”. Observa que “o carnaval quer fundar um novo país ao avesso, avesso a autoritarismos, avesso à tragédia da pobreza”, e conclui: “No carnaval, estão nossas três raças celebrando uma grande suruba colorida e fecunda – negros, brancos e índios dando à luz um grande bebê mestiço e gargalhante.” Esta seria a aula magna sobre os 500 anos dada pelas escolas de samba.

O ufanismo das escolas, incentivado pela prefeitura do Rio de Janeiro que deu R\$ 500 mil a cada uma, mereceu crítica na imprensa, mas teve também sua defesa, já que no clima de comemoração foi possível optar por falar do que o Brasil tem de melhor. E é aí que se volta ao mito ou fábula das três raças como versão simplificadora de problemas, tensões e conflitos não resolvidos e talvez irresolúveis da vida social.

Observando as comemorações do V Centenário, podemos dizer que dois grandes mitos dão conta do imaginário sobre o Brasil em seus 500 anos. O primeiro, no tempo e em longevidade, é o da natureza. Os textos dos descobridores, viajantes ou evangelizadores, tendem a colocar a nova terra sob o signo da Natureza e não sob o da História e da Cultura; o que aparece referido ao tempo estava sob o signo da história providencial, do plano divino, nos diz Marilena Chauí (1995). A natureza como “dadivosa e edênica” também é destacada por Roberto DaMatta (1993) ao comparar a concepção de natureza nas culturas brasileira e norte-americana. A visão do paraíso e a noção de descobrimento, e não de fundação, produzem essa naturalização da história.¹⁰

O segundo mito é o que representa a sociedade brasileira como fruto da fusão das três raças, e se faz presente nas celebrações populares, principalmente através da música. “Nossa suspeita é a de que, na própria base da construção da nossa identidade como nação, está o mito de uma comunidade inter-racial. Assim como o mito fundador americano consubstancia-se na reedição do mito bíblico do povo escolhido, nosso mito fundador [...] assenta-se na democracia racial.” A

importância desse mito é tanto maior quanto a “auto-estima conscientemente refletida pela ciência prima pela negatividade”, já que o “desenvolvimento de uma civilização superior em uma terra de mestiços era uma contradição em termos, dado que as funções superiores intelectuais e morais que permitem a ‘civilização’ eram atributo da *raça* branca” (Souza, 1997: 31).

Os mitos do país bonito por natureza e da democracia racial estão juntos nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento, fornecendo as bases da solidariedade social e permitindo sonhar e construir o “país do futuro”, de preferência, em futuro não muito distante...

As comemorações dos 500 anos permitiram também a divulgação de artigos críticos que questionam seus preparativos e a própria história do país. A Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, organizou um seminário denominado *O avesso da modernidade: outros 500*, com o objetivo de, em “perspectiva crítica e menos laudatória”, abordar os problemas “vinculados à grande exclusão”. O *Jornal dos Economistas*, pertencente ao Sindicato dos Economistas e ao Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, divulgou o projeto *Brasil outros 500*, que pretendia “contar a história do povo brasileiro, a partir dele mesmo, ou ainda, propor um espaço, no qual a sociedade consiga realmente enxergar as suas histórias de vida e de seus antepassados da forma como ela realmente acontece ou aconteceu, pela perspectiva da maioria da população, e não somente pela história oficial da classe dominante ou de uma ‘fatia da sociedade que deu certo’” (n^o 131, de março de 2000, p. 14).

O projeto *Brasil outros 500* também teve o seu *site*. Nele pôde-se ver o discurso situado na contracorrente das comemorações. Na primeira parte, denominada *História do Brasil*, figuravam os seguintes capítulos: História das greves; Zumbi dos Palmares; Dívida externa; O peso da dívida; Adeus Pindorama: opressão colonial e resistência indígena; Lugar de criança; Gregório Bezerra; Luta pela terra ontem e hoje. As entidades responsáveis pelo *site* eram a CUT, o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, o Conselho Regional dos Economistas do Rio de Janeiro, o Conselho Federal dos Economistas, o Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro, a Federação Nacional dos Urbanitários, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Trabalhadores em Minérios do Rio de Janeiro.

Se órgãos sindicais e profissionais organizaram a oposição ao discurso oficial, os grandes opositores da festa foram, obviamente, os índios. Os índios são aqueles que estão discutindo os 500 anos, como disse Marcos Terena em programa de televisão da GNT. Organizados, estão exercendo o direito de reivindicar seus interesses e fazem bom uso da mídia para ampliar suas ações e demandas. Os confrontos entre as autoridades e os índios Pataxó foram assim anunciados: “A proximidade da chegada das autoridades maiores e seus convidados internacionais, como o presidente da ex-metrópole, Portugal”, faz aumentar o cerco “contra aqueles índios e não-índios que podem ameaçar o brilho das festividades dos 500 anos de invasão” (matéria transmitida por e-mail pelo CIMI em 11 de abril sob o título “O show deve continuar”). E o brilho foi, de fato, embaçado. A virulência da polícia militar na festa em Santa Cruz Cabrália contra índios e não-índios; a impossibilidade de a nau capitânia navegar, além do questionamento de seu preço, foram amplamente noticiados pela imprensa, mostrando o fracasso da atuação, nas comemorações, do governo federal, que assim perdeu uma ocasião privilegiada. Mas isso não significa que o V Centenário não tenha deixado marcas no imaginário do povo brasileiro.

O caderno *Mais!* da *Folha de S. Paulo* de 23 de abril de 2000 trazia um levantamento realizado pela Datafolha que apresenta o que os brasileiros idealizam para o Brasil. Os sonhos dos brasileiros para o futuro do país são: fim do desemprego, políticos honestos e término da violência cotidiana. A utopia dos brasileiros se assenta na auto-estima: 64% acham o Brasil ótimo ou bom para viver no presente, e 59% acreditam que ele será melhor ainda nos próximos anos. O orgulho de ser brasileiro é comum a 87% dos entrevistados, sendo maior entre os mais jovens.

A maioria dos entrevistados – 49% – acha que ao longo de sua história o Brasil tem tido mais fracassos que sucessos, embora 44% pensem o contrário. Uma maioria mais significativa – 76% – acha que os demais países devem seguir o modelo de mistura de culturas, de mistura de raças, o jeito de se relacionar existente no Brasil. Os Estados Unidos são o país em que o Brasil deveria se espelhar para construir o seu futuro (35%); em segundo lugar, o Japão (17%); em terceiro, Portugal (5%). A maioria (51%) considera que os portugueses foram o povo que mais contribuiu para a construção do Brasil. Em segundo lugar vêm os índios (29%), seguidos de perto pelos negros (28%) e pelos italianos (27%). Os japoneses são lembrados por cerca de 22% dos entrevistados, enquanto 9% elegem os espanhóis e os alemães. No topo da lista de seus heróis estão Ayrton Senna, Getúlio Vargas, Pelé e Tiradentes.

O povo brasileiro tem uma auto-estima alta, apesar dos seus intelectuais. Os artigos que seguem a publicação da pesquisa nos dão uma interessante amostra disso. Walnice Nogueira Galvão diz que a fé no país e no futuro “atinge as raias

da candura”. José Murilo de Carvalho prefere comentar o 7 de abril de 1831, data da abdicação de D. Pedro I. Jurandir Freire Costa se esforça para entender as escolhas populares e o abandono das utopias, embora se pergunte: “o que nivelou por baixo nossas grandes esperanças e intenções?” Somente Contardo Calligaris, que não é brasileiro, parece valorizar o imaginário encontrado. Segundo ele, “os brasileiros não se perdem em utopias adamantinas. Eles têm esperanças inscritas no concreto. Não sofrem de utopismo abstrato, nem positivo (não estão perdidos num sonho), nem negativo (não estão catatonicamente deprimidos num pesadelo). [...] Como sujeitos bem contemporâneos, os brasileiros querem que as coisas melhorem no tempo de sua própria vida mortal. Com isso talvez consigam acabar com essa zombaria de país do futuro.”

Notas

1. O capítulo 8 do livro de John Bodnar (1994) sobre o bicentenário da Revolução Americana e o centenário da Guerra Civil oferece uma interessante análise das relações entre passado e presente no caso dos EUA.

2. Sobre o IV Centenário farei uso da dissertação de Marcelo da Rocha Wanderley (1998), principalmente em sua referência aos artigos publicados no *Livro do centenário 1500-1900* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, publicação da Associação do Quarto Centenário. 4 vol.).

3. Ramiz Galvão ocupou também a cadeira 32 da Academia Brasileira de Letras. Essa cadeira tem como patrono Araújo Porto Alegre e foi também ocupada por Viriato Correia, todos envolvidos com a construção da memória nacional.

4. Além dos textos publicados no *Livro do centenário*, Wanderley (1998) explora a inauguração do monumento comemorativo na Praça da Glória, a realização de uma “festa veneziana” (?) com queima de fogos, e a celebração de uma missa campal como manifestações das quais a população foi convocada a participar.

5. Folder de promoção do seminário. Ministério da Cultura, 3 de novembro a 15 de dezembro de 1997.

6. Fui representante da FGV no Comitê Assessor de dezembro de 1997 até abril de 1999 e nessa qualidade recebi as Atas das reuniões mensais do CNVC.

7. O embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, presidente da Comissão, “caiu atirando ao perder o comando dos festejos. ‘Num país como o Brasil é muito fácil fazer festa, difícil é fazer refletir’”(JB, 9/7/1999).

8. O site, como fonte de informação histórica, apresenta problemas interessantes, entre eles a sua contínua mudança. Ao retornar a um site pode-se ver que a informação anterior foi alterada...

9. O Centenário da Independência, em 1922, construiu a relação entre São Paulo e o Brasil e dizia que todo brasileiro é também paulista... Ver Ferreira (1997).

10. Sobre a visão paradisíaca, ver também Carvalho (1998).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jaime. 1992. "Há cem anos, o Quarto Centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias". *Estudos Históricos*, n. 9. p. 14-28.
- BODNAR, John. 1994. *Remaking America; public memory, commemoration and patriotism in the twentieth century*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- CARVALHO, José Murilo de. 1998. "O motivo edênico no imaginário brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 13, n. 38, outubro. p. 63-79.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. 1994. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- CHAUI, Marilena. 1995. "Dossiê Cultura popular". *Estudos Avançados*, v. 23, n. 9.
- COLI, Jorge. 1998. "A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a invenção de uma história visual no século XIX brasileiro". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto. p. 375-404.
- DAMATTA, Roberto. 1991. "As festas da ordem". In.: *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco.
- _____. "Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações". In.: *Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FERREIRA, Antonio Celso. 1997. "A epopéia paulista". Washington, BRASA IV (mimeo).
- FREITAS, Marcus Vinicius de. 1999. "Rumo aos quinhentos anos". *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, vol. 6, mar-jun. p. 195-9.
- KROPF, Simone P. 1996. "Sonho de razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX". In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael e NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso; médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro, Diadorim. p. 69-154.
- MACHADO, Maria Helena P. T. 2000. "Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX". *Estudos Históricos*, n. 25. p. 63-80.
- MONTEIRO, Paula (coord.). 1995. *Entre o mito e a história; o V Centenário do descobrimento da América*. Petrópolis, Vozes.
- MOTTA, Marly Silva da. 1992. *A nação faz 100 anos; a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro, FGV.
- NOVAES, Adauto (org.). 1998. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. 1989. "As festas que a República manda guardar". *Estudos Históricos*, n. 4. p.172-89.
- _____. 2000. "Comemorações". In.: *Americanos: as representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo-Horizonte, UFMG.
- OLIVEN, Ruben G. 1998. "Mitologias da nação". In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e heróis; construção de imaginários*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. p.23-4.
- SOUZA, Jessé. 1997. "Multiculturalismo, racismo e democracia, por que comparar Brasil e Estados Unidos?"

In: SOUZA, Jessé (org.).
Multiculturalismo e racismo. Brasília,
Paralelo 15. p. 23-35.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. 1998.
“Jubileu Nacional: a comemoração do
quadricentenário do Descobrimento
do Brasil e a refundação da identidade

nacional (1900)”. UFRJ,
Departamento de História (dissertação
de mestrado).

*(Recebido para publicação em
setembro de 2000)*